

## 11. PROJETO SOBRE O SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

**E**m 14 de novembro de 1991 o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2.249-A, que dispõe sobre a política nacional de recursos hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Esse projeto foi elaborado pelo grupo de trabalho instituído pelo Decreto nº 99.400, de 18 de julho de 1990. Apreciado pelo Congresso na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, o relator do projeto, deputado Fábio Feldman, apresentou um substitutivo com o objetivo de corrigir algumas falhas da proposta inicial, particularmente ao que se refere à ênfase dada ao gerenciamento de recursos hídricos sob a responsabilidade do poder público e, particularmente, do governo federal, em detrimento da participação dos usuários e de representantes da sociedade civil.

Considerando a grande diversidade regional do Brasil, o substitutivo propõe que a gestão dos recursos hídricos seja feita de forma descentralizada, a partir de comitês de bacias hidrográficas, cuja implementação deverá permitir a construção gradual de todo o sistema.

Seriam criadas, em paralelo, agências de bacias hidrográficas, empresas públicas que prestariam a assistência técnica e financeira necessária aos respectivos comitês, mas que teriam como função principal cobrar taxas pelo uso dos recursos hídricos e efetuar a administração financeira dos valores arrecadados.

Foi dada ênfase à formulação de políticas, dado que, na opinião do relator, isso é mais importante que a estruturação do sistema. Tex-

tualmente: “na primeira são fixados o que deve ser feito e o modo de fazê-lo, o segundo somente especifica quem tem competência para tal. Por esse motivo, em nosso substitutivo, a formulação da política nacional de recursos hídricos assumiu importância igual à da estruturação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”.

O objetivo da lei é regulamentar o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal, que estabelece a competência da União para instituir o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso.

A regulamentação abrange a totalidade do ciclo hidrológico nas suas três fases: meteorológica, de superfície e subterrânea. A bacia hidrográfica é definida como unidade territorial para implementação da política e atuação do sistema de gerenciamento.

Aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios é permitido, observado o disposto na lei federal, instituir políticas e sistemas de gerenciamento próprios.

O projeto define uma política nacional de recursos hídricos fundamentada em alguns princípios básicos, como o de que a água é uma substância química essencial à vida e, como tal, representa um direito de todos; a água é um recurso escasso, é um bem de domínio público e o abastecimento humano constitui o seu uso prioritário. São explicitadas as seguintes diretrizes:

- a implementação da política prevê o planejamento e gerenciamento sistemático dos recursos hídricos de superfície e subterrâneos;
- a adequação do planejamento e da gestão dos recursos hídri-

cos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das regiões e bacias hidrográficas;

- a descentralização do planejamento e da gestão de recursos hídricos, por região e bacia hidrográfica;
- a participação no planejamento e na gestão de recursos hídricos do poder público, usuários e comunidades;
- a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com o planejamento regional e nacional;
- a integração da gestão de recursos hídricos com a questão ambiental e sua articulação com a gestão do uso do solo e das zonas costeiras.

Os instrumentos para a implementação da política são:

- relatórios sobre a situação dos recursos hídricos;
- planos de recursos hídricos;
- enquadramento dos corpos d'água em classes de uso;
- rateio de custo das obras de uso múltiplo ou de interesse comum ou coletivo;
- cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
- sistema de informações sobre recursos hídricos.

Pretende-se estabelecer um sistema caracterizado pela descentralização e pela representatividade.

Na base do sistema estariam os comitês de bacias hidrográficas, que seriam apoiados por agências de bacias hidrográficas e, no topo, como principal órgão deliberativo e coordenador, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, apoiado por uma secretaria executiva.

O Conselho Nacional, por sua vez, seria integrado por quatro comitês, sendo um comitê intersetorial e três comitês de regiões hidrográficas (um para a região amazônica, um para a região nordestina e outro para a região platina).

O comitê intersetorial seria constituído por doze representantes do governo federal e doze representantes de organizações da sociedade civil e teria, basicamente, funções de articulação entre os diversos órgãos governamentais envolvidos no sistema de supervisão e de gerenciamento do sistema de informações.

Os comitês de regiões hidrográficas atuariam como primeira instância na solução de conflitos e na articulação dos comitês de bacias hidrográficas com o Conselho Nacional. Cada comitê de região hidrográfica seria constituído por cinco representantes do governo federal, um representante de cada unidade da federação situada na região (totalizando 11) e um representante de cada comitê de bacia hidrográfica também da região.

Os comitês de bacias hidrográficas seriam criados nas bacias hidrográficas que apresentassem pelo menos uma das seguintes características:

- superfície maior do que 100 mil quilômetros quadrados;
- população superior a 750 mil habitantes;
- conflitos manifestos no uso de recursos hídricos.

No caso de bacias hidrográficas de grande porte poderiam ser

constituídos também comitês de sub-bacias. Estariam representados em cada comitê seis grupos de interesses:

- o governo federal;
- o governo estadual ou do Distrito Federal;
- o governo municipal;
- usuários ou suas associações;
- comitês de bacias hidrográficas existentes em sub-bacias;
- entidades da sociedade civil com sede e atuação na bacia.

Os comitês seriam apoiados por agências de bacias hidrográficas, constituídas sob a forma de empresas públicas, que teriam as atribuições de prestar apoio administrativo, técnico e financeiro ao respectivo comitê, realizar estudos, elaborar propostas para decisão do comitê e, principalmente, cobrar dos usuários taxas pelo uso de recursos hídricos e administrar os fundos assim arrecadados.

A secretaria executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos seria o instrumento de apoio administrativo, técnico e financeiro de todo o sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, tendo a seu cargo, entre outras atribuições, a elaboração das minutas do Relatório Nacional sobre a Situação dos Recursos Hídricos e do Plano Nacional de Recursos Hídricos, para serem submetidos ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos.